

# A GERAÇÃO DE “O ECCO POPULAR”

A. DO CARMO REIS

## INTRODUÇÃO

*O século XIX foi o tempo da Revolução. Efectivamente, a Constituição rege o Estado e a pessoa ganha o estatuto de cidadão - conquista progressiva e irreversível. É, por isso, o século XIX o tempo da Palavra - a que se fala no Parlamento, a que se escreve na Imprensa. Constituição, Parlamento e Imprensa fazem o século XIX o tempo da cidadania - a Revolução pela intervenção, o século político.*

*O século XIX vai no sentido de criar a Cultura do Povo sujeito da História europeia. O que não seria possível sem a consciência da trajetória - sem opinião pública. Ou seja: não seria possível sem o jornal político. E todo o processo de formação que há-de produzir a constelação da Imprensa nossa contemporânea dispara dessa estrutura do jornal político.*

*Sendo ao longo de Oitocentos instituição de Cultura para o maior número, agente determinante do universo de conhecimentos que faz suceder à época do livro a época do jornal, a Imprensa é a escola do saber que se democratiza. Transporta consigo uma alma que inspira toda a obra de promoção do Povo: desde logo, o do censo, o da leitura.*

*A Ideia política que preside à gestação da República teria de alimentar-se da fonte da Imprensa. Em Portugal, assim foi. E, no fundo, ao começo de tudo, lá está a veia setembrista de “O ECCO POPULAR”, o primeiro entusiasmo republicano de uma geração patuleia.*

## I. IMPRENSA ROMÂNTICA E REGIME CONSTITUCIONAL

A Imprensa Romântica é o jornal político - Imprensa de combate pelo triunfo da Liberdade, Imprensa de opinião ou do exercício da Liberdade. É, por conseguinte, Imprensa romântica aquela que funda o Regime Constitucional. Extinguir-se-á à medida que se afirma a irreversibilidade do Regime de Liberdade política. O que acontece, em Portugal, a partir de 1850, quando se vencem as duas batalhas determinantes - a abolição da “Lei das Rolhas” e a queda definitiva de Costa Cabral.

Basta essa constatação histórica para ver como a Imprensa política da primeira metade do século XIX preside ao arranque da trajetória que, no tempo constitucional vindouro, há-de manter a orientação monárquica e, no princípio do século XIX, sofrerá a viragem republicana.

**I.1.** Cartistas ou setembristas, os jornais políticos ganham o estatuto de geradores de opinião pública que o Poder tem sempre em conta. Sabe, efectivamente, quanto vale a Imprensa. E porque, na década decisiva do processo da consolidação da Constitucionalidade (1840-1850), foi o Cartismo o detentor do Poder e, de modo fundamental, o Cabralismo, coube ao Setembrismo ser a encarnação não só oportuna como a mais verdadeira da consciência da Liberdade política; e sendo-o, coube-lhe assumir vigorosamente a posição de contra-Poder. Foram, de facto, os jornais setembristas a Imprensa sentinela principal contra os excessos do aparelho de Estado sempre que ele fez concessões aos processos arbitrários do autoritarismo, ou consentiu em repor o velho modelo do Absolutismo. Essa missão de vigilante do Novo Regime foi assumida com tal vigor e com tal pertinácia que o entusiasmo de Setembro viajou com o tempo em mudança e se prolongou pela segunda metade do século. Até desaparecer sem ruído em face de um mundo novo em que não estavam mais em causa as conquistas consumadas da Liberdade.

**I.2.** A Revolução do Liberalismo tem um espaço histórico. E no tempo romântico em que a luta política sobrelevou todos os empreendimentos da implantação do Regime Constitucional, a cidade do Porto foi o santuário da Revolução. Pertenceu-lhe a honra do primeiro lugar por ter sido o “berço glorioso da Liberdade portuguesa”<sup>1</sup>. Mereceu essa honra de vanguarda na dura provação da Patuleia, quando foi “o baluarte da Pátria, o Gibraltar da Liberdade, émulo de Saragoça, de Numância e de Sagunto”<sup>2</sup>. Pela época da Regeneração adiante, o Porto acrescentou consciência ao brio de ser a Terra da Liberdade, magna referência de uma “heróica cidade em que o amor pelas instituições liberais pode mais que a vontade dos agentes do Poder”<sup>3</sup>.

**I.3.** As condições que são criadas com o advento da segunda metade do século XIX já não motivam objectivamente desafios da prepotência política contra os quais a Imprensa sentia a necessidade indeclinável de arremeter com respostas radicais. A linguagem da moderação sucede à investida acutilante. E só quando assoma alguma tentativa de reviviscência cabralista na órbita do Poder, é que vem à página das folhas políticas de Oposição a memória da instituição que tem orgulho de ser o “baluarte inexpugnável da Imprensa, contra o qual não há nem barris de pólvora, nem tiros de canhão”<sup>4</sup>.

Passou o tempo da geração romântica de redactores - cada um em seu jornal e pouco mais, que inflamavam artigos de fundo e folhetins com frases de arremesso, ácidas e demolidoras, contra gestos de tirania ou ameaças de instabilidade que perigassem a autoridade suprema da Carta Constitucional. Doravante, é a geração pragmática de redactores - o principal e os colaboradores, que vêm a ganhar estatuto novo para uma época nova, trabalhando com

sentido de grupo e privilegiando a moderação da linguagem escrita, na via que leva à Imprensa contemporânea. A veia romântica, no entanto, entrará no processo de transformação e será ingrediente da energia política que dinamiza novas ideias, reaparecendo nas conjunturas em que a Imprensa precisa de mostrar o que vale como "bandeira da liberdade, da justiça e da moralidade"<sup>5</sup>.

Situamo-nos na abertura dos Anos 60, quando a história de "O ECCO POPULAR" se nos oferece como campo de estudo. Exactamente na altura em que vê chegada a hora política de acabar, na qual se verifica finalmente "o triumpho do direito contra a força, da igualdade contra o privilégio, dos oprimidos contra os opressores, dos espoliados contra os espoliadores, da nação contra as facções, da Carta contra os que a sophismam e escarneam"<sup>6</sup>. A atitude da Direcção que põe fim ao jornal tem data. Mas o testamento da Redacção traz um significado que ultrapassa o ponto cronológico da última edição. Na verdade, a riqueza audaz do discurso imprime aos periódico um carácter de precursor, tanto quanto o distancia de ser julgado como abencerragem. É um símbolo este facto de "O ECCO POPULAR" ter feito coincidir o fim da sua publicação com o início do ministério histórico de Loulé, garante da imagem progressista do Poder. A Imprensa romântica tinha a consciência do dever cumprido.

## II. UMA ESCOLA DE IDEIAS REPUBLICANAS

Para refazer a ponte que vai da instituição da República à época onde se lançam suas raízes, havemos de empreender um movimento de regressão aos Anos 40. Aqui surpreendemos, na Europa convulsa entre Paris e Roma, as primeiras experiências políticas que põem a Monarquia em causa e, no Portugal em ressaca após a crise da Patuleia, a dinâmica do Setembrismo, sobrevivente, inovadora, diversificante, matricial. E no fim da evolução a caminho do fim de século, a par e passo de transformação de condições materiais e definição progressiva de ideias, vemos como despontam em sucessivas conjunturas os sinais da plenitude do tempo em que a República teria a sua aparição.

O que importa, por enquanto, é tentativa de explicar o processo. As páginas de "O ECCO POPULAR" abrem-se à pesquisa como paradigma de jornal que foi escola de primícias republicanas - no magistério e na aprendizagem.

**II. 1. OS REDACTORES.** Escreveram em 40, em 50, em 60, eles são a geração de "O ECCO POPULAR". Do lançamento da folha ao termo do meio século, eles são os escritores de combate e a sua veia romântica destila pelo bico da pena nervosa o amor ardente à Liberdade. Assumem a condição de periodiqueiros e disciplinam os recursos literários em texto de intervenção, assestando a bateria do ataque persistente contra o Cabralismo ou seu fantasma<sup>7</sup>.

São redactores que não vivem do ofício da escrita nem se especializam em género ou secção, mas são eles os criadores do estilo jornalístico. O seu perfil poligráfico corresponde à pluralidade de áreas e de interesses, funções ou negócios em que se movimentam. Editam, dirigem, redigem, imprimem, distribuem. Constituem “um novo tipo de intelectual”<sup>8</sup>. Por regra, preferem o anonimato. Outros, chamam-se Marcellino de Mattos, José Lourenço de Sousa, Pedro Lopes de Mendonça. Não esgotam o génio na luta contra a prepotência política. Consume-lhes o espírito a ideia do progresso. E as notícias que vêm de França abrem horizontes inéditos.

Quando passa a tempestade e sobrevém o remanso da dobragem do século, o talento dos redactores refaz a escala de prioridades e vira-se para novos empreendimentos. As colunas do jornal vão situar-se na calha do futuro. Abre-se um período de tréguas. O próprio subtítulo de “Revista commercial, científica e literaria” que “O ECCO POPULAR” acrescenta no cabeçalho, diz bastante da intenção que assumem seus autores de privilegiar os temas de reconstrução material do País. A invectiva política amortece e, sempre que se retoma, já não vem com o rasgo contundente da época heróica. O que não estiola, de facto, é o grande ideal do progresso<sup>9</sup>.

O tempo é outro. A Regeneração nacional vem antepor a economia à política. Efectivamente, Portugal persegue o ritmo da Europa onde os problemas da nova ordem económica fazem eclodir graves perturbações sociais e até já põem em causa a tradição monárquica do Regime Constitucional. No fundo, é a distribuição da riqueza que questiona a produção da riqueza, é a igualdade que questiona a Liberdade. São as classes trabalhadoras que entram na cena da História. É a burguesia dominante que vê defrontado o seu estatuto de primazia. É a sociedade feita questão.

A geração de “O ECCO POPULAR” está em cima do acontecimento. Na primeira linha, estão agora Alexandre Távora, José Joaquim Barros, Eduardo Tavares, formando e informando<sup>10</sup>. Como quem faz a ponte de uma época à outra por uma década de jornalismo, está com eles José Lourenço de Sousa, velho militante da tipografia e da pena. São redactores que transportam para as páginas da Imprensa os assuntos sociais que fazem a ordem do dia. Os seus artigos de temática sócio-política inspiram-se na fonte do progressismo. É patente a honra que têm na herança setembrista e manifesto o apreço que nutrem pelo Conde das Antas e por Sá da Bandeira, por Passos Manuel e Faria Guimarães. No entanto, a parcimónia é a tonalidade dominante de suas propostas. Existe em cada peça redigida uma opção de evolucionismo na apresentação das ideias que prefere a graduação à radicalidade. Denunciam as contradições da Monarquia, mas a experiência nacional e o conhecimento que têm das lições europeias aprendidas por todos os Estados nas convulsões de França, convence-os a pesar a argumentação. Preferem o discurso pragmático e por ele veicular a mensagem

doutrinária da prosperidade económica da qual há-de resultar o crescimento extensivo da cidadania <sup>11</sup>. Pensam que, de facto, é no seio do Liberalismo moderado e a partir dele que se encontrará o caminho para chegar a uma alternativa ao Poder instituído.

**II. 2. AS IDEIAS.** No ano de 1848 que, em Portugal, foi de ressaca da humilhação monárquica em Gramido, e, na França, foi de entusiasmo republicano na Revolução de Fevereiro, "O ECCO POPULAR" vem dizer à opinião de seus leitores que "deseja a Republica porque ella é o termo de suas ideias" <sup>12</sup>. No ano seguinte, afirma que está "ao serviço d'uma idea nova, d'um principio novo - da democracia" <sup>13</sup>.

Não há, desde logo, exaltação na transmissão da mensagem. Perante a opinião pública que entende ser "o primeiro soberano do mundo civilizado" a quem é necessário fazer consulta e obedecer para "governar os povos - não pela força bruta mas pela força moral" <sup>14</sup>, a folha setembrista deixa claro ser preciso que a República "seja moderada, e que resuma a vontade da maioria da Nação" <sup>15</sup>.

As condições portuguesas da segunda metade do século XIX proporcionam a continuidade da moderação. E, de facto, ao abrir da década dos Anos 60, "O ECCO POPULAR" ultrapassa a fase da contundência militante e "arvora a bandeira do progresso", esclarecendo que "pela palavra progresso entende civilização, e por civilização o desenvolvimento da sociedade e o desenvolvimento do indivíduo" <sup>16</sup>. Na verdade, assim resumindo a sua componente formativa principal, apresenta a summa de um programa.

Ainda que a duração do periódico não fosse além de um ano, o que publicou veio mostrar reiteradamente uma constelação de ideias precursoras cujo conteúdo fecundava o caminho na direcção e no sentido em que a República, face ao processo de exaustão da Monarquia, haveria de aparecer como alternativa credível de Regime.

**II.2.1. O CARÁCTER TRANSITÓRIO DO EXERCÍCIO DO PODER.** Lê-se em "O ECCO POPULAR" uma declaração de princípio: "Gabinete com instinto de conservação própria, jamais nos encontrará a seu lado" <sup>17</sup>. Eis uma sentença que é condenação da prática de permanência na gestão do Estado que seduzia os Ministérios monárquicos e desvirtuava a plataforma da Regeneração no quadro do Rotativismo, ou seja, de uma dinâmica de alternância. "O ECCO POPULAR" defenderá sempre o "triumpho da liberdade sobre o despotismo ministerial" seja qual for o seu rosto <sup>18</sup>. Onde a Realeza falha, por se dar ao vício de engenharia eleitoral (caciquismo, nomeadamente) ou por explorar o carisma de excelsas figuras, aparece um projecto que, sendo apenas de renovação, é cada vez mais identificado com a única força política que recusa a Monarquia.

**II.2.2. O APREÇO PELA TRANSPARÊNCIA.** “O ECCO POPULAR” denuncia de modo implacável as situações em que “os amigos puxaram cadeiras e sentaram-se à mesa do orçamento”<sup>19</sup>. Quando o devorismo está de volta, quando os deputados se acomodam à inoperacionalidade ou esquecem que “o parlamento é um templo que não consente vendilhões”<sup>20</sup>, quando o Governo realiza negócios que não são claros, as páginas do jornal acusam a imoralidade, reprovam a corrupção. Lembram que a nação “é quem paga” e apelam para a opinião pública, indicando o processo inquestionável de se dever aceitar que “a discussão da imprensa precede a discussão do parlamento”<sup>21</sup>. Havia, na verdade, mecanismos de bom governo que o Regime Monárquico já não conseguia fazer accionar. Ou, então, dava essa imagem.

**II.2.3. A SOBERANIA DO POVO.** De várias maneiras, “O ECCO POPULAR” insiste no postulado de que “os governos são para os povos e não os povos para os governos”<sup>22</sup>. Mas vai mais longe. Toma a defesa de uma nova organização política do Estado, a qual se contém na ideia de que “a demasiada centralização mata a iniciativa popular”<sup>23</sup>. E conclui: “se em todas as parochias houver um parlamento, um comício, uma tribuna, não haverá melhoramento que se retarde”<sup>24</sup>. Ora uma orientação assim afastava-se decididamente da órbita da Monarquia, até por excêntrica à Carta Constitucional.

**II.2.4. INSTRUÇÃO E CIDADANIA.** O que há-de ser haste e bandeira da República, está bem expressa no discurso de “O ECCO POPULAR”, em Janeiro de 1860: “Em política este jornal entende que sem instrucção e sem liberdade de voto, o systema representativo não passa d’uma burla”<sup>25</sup>. Uma vez e outra, aparece a preocupação com o ensino perguntando pela fatia do orçamento que lhe cabe, pelos cursos que importa fundar ou reformar, pressionando o Poder para fazer mais e melhor<sup>26</sup>. Não se extingue a chama setembrista que, em seu tempo de ministro, Passos Manuel acendera e alimentara. O testemunho seria tanto ou mais precioso quanto aliasse a Escola ao ser cidadão para que o Regime Constitucional fosse verdadeiro.

### III. A VOCAÇÃO REPUBLICANA DE UM JOVEM REDACTOR

Quando Rodrigues de Freitas leu o artigo de Meirelles de Távora, onde o redactor principal escrevia que “em presença dos grandes acontecimentos que agitam actualmente a Europa e o Mundo, é tempo de organizar n’este paiz um partido, que agrupe em roda de si todas as forças, todas as vontades e todas as inteligências”<sup>27</sup>, terá pensado certamente que ao desafio das novas circunstâncias teria de responder um partido novo. E para ser tal, teria de ser republicano.

Entra o jovem redactor em "O ECCO POPULAR" com a rubrica "Revista política de Portugal". Vem para o grupo esclarecido de redactores que estão atentos à evolução europeia e acompanham a tendência da conjuntura nacional na atitude vigilante de quem não contemporiza com desvios à moral e ao direito. Rodrigues de Freitas inicia o trabalho do jornalismo no seio de uma geração que repensa o curso da História e, de modo positivo (talvez até já receptivo ao Positivismo que vem de França), formula soluções alternativas. Na trajectória política de seu tempo, sabe como há-de retomar-se a viagem quando os caminheiros da Monarquia chegarem à exaustão.

Logo na primeira colaboração, definiu a sua postura crítica, afirmando claramente que "o jornalismo só tem um juiz que verdadeiramente o julgue: é a sua consciência" <sup>28</sup>. Conhece o valor da opinião pública, mas não abdica da independência intelectual que lhe garanta um juízo correcto dos acontecimentos, e sobre os quais essa mesma opinião pública poderá exercer um julgamento que outra coisa não seja senão uma forma sibilina de tirania.

Dotado de independência crítica, Rodrigues de Freitas manifesta um pensamento político que é apelo à democracia real. Efectivamente, tendo para si que a Carta Constitucional" em vez de collocar a Coroa sobre a frente do rei, a põe sobre todo o paiz" <sup>29</sup>, e acreditando no sistema representativo, defende o direito de petição segundo o qual, perante a corrupção dos parlamentares feitos serviçais do Governo, os protestos dos cidadãos são uma forma de corrigir o voto nos deputados que esqueceram ou traiçoearam o mandato popular: de facto, "as revoluções pacíficas, os combates da palavra, denunciam um povo livre" <sup>30</sup>.

Há nas ideias de Rodrigues de Freitas o sentido da racionalidade das coisas: a que se traduz no discurso quando faz reparo ao Ministério do progresso que sacrifica o equilíbrio económico, uma vez que "pôr muitos caminhos de ferros ao lado da agricultura enfezada e enfezadíssima, da industria menos desenvolvida, e até da instrução rachitica, mais parece desmantelar, do que governar" <sup>31</sup>; a que sempre lhe guia o juízo sobre todos os assuntos em revista, com destaque para a independência nacional que ele entende ser um bem defender e uma herança a preservar mas que, em termos de modelo a cumprir, recusa ser um dogma <sup>32</sup>.

Residem aqui, nas páginas de "O ECCO POPULAR", coordenadas de um projecto político que não cabem na Monarquia. Uma década à frente, o deputado Rodrigues de Freitas há-de dizer que a "Carta não foi feita para durar sempre", e há-de pedir a todos "a paixão da liberdade" <sup>33</sup>; há-de pronunciar a sentença de que o "paiz não póde regenerar-se senão por meio de uma grande reforma política e administrativa" <sup>34</sup>. Quem, conhecendo-o, o ouviu, então, sabia muito bem que as palavras continham ideias com alguma história. Não estranhava o discurso que saudara a memória de Passos

Manuel glorificando “o democrata que ainda não foi excedido na sinceridade das crenças”<sup>35</sup>. Porque, no fundo, quem falava assim, tinha sido, anos antes, um jovem redactor da geração de “O ECCO POPULAR”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terá sido demasiado radical o Teófilo Braga quando escreveu que “desde 1858 até à constituição de um Centro Republicano Democrático em 1876, nunca mais se falou em República; algumas phrases e pequenos jornais democráticos foram aspirações sem disciplina, sem acção sobre o espírito público”<sup>36</sup>. Talvez a homenagem fervorosa que entendia dever prestar a Henrique Nogueira o tenha impedido de interpretar o que fizera, naquele período intervalar, o jornalista e deputado Rodrigues de Freitas. Além de que parece estranho o esquecimento na pena de quem foi um da Geração de Setenta e se envolveu nas Conferências do Casino<sup>37</sup>. De resto, ele sabia melhor que ninguém como a semente germina mais tarde ou mais cedo conforme o terreno onde cai.

Podemos seguramente dizer com Joel Serrão que, no transcurso do século XIX, perpassa uma onda de Republicanismo como “uma mal definida aspiração da consciência revoltada”<sup>38</sup>. Porque essa aspiração que nasce da revolta outra origem não tem senão a que vem do ponto alfa de uma trajectória que se desprende do Setembrismo e, de conjuntura em conjuntura, da gestação à realização, se faz alternativa à Monarquia.



## NOTAS

1. "O ECCO POPULAR", suplemento ao n.º 75, de 5 de Abril de 1860.
2. "O Espectro", n.º 16, de 20 de Janeiro de 1847.
3. "O ECCO POPULAR", n.º 6, de 9 de Janeiro de 1860.
4. "O ECCO POPULAR", Suplemento ao n.º 158, de 2 de Julho de 1860.
5. "O ECCO POPULAR", Suplemento ao n.º 158, de 2 de Julho de 1860.
6. "O ECCO POPULAR", Suplemento ao n.º 158, de 2 de Julho de 1860.
7. São autores de originalidade juvenil que domesticaram a palavra escrita em diversa colaboração poética no periódico "A Lyra da Mocidade", 1848-1849.
8. SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos - *Para uma sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no século XIX*. Lisboa, Ed. Presença/Instituto de Ciências Sociais, 1983, p.100. A Autora cataloga-os de "Geração de 50".
9. Marcellino de Mattos e Lopes de Mendonça avançam para a fundação de outros jornais, respectivamente de "A Esmeralda" (1850-1851) e "Ecco dos Operários (1850-1851), um no Porto, outro em Lisboa.
10. Eduardo Tavares, apaixonado pela obra de promoção social dos trabalhadores, seria presidente do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas.
11. Aqui reside a simpatia com que reabilitam as ideias de Guizot, cujo ministério acabou por sucumbir no seio do conflito entre legitimistas monárquicos e republicanos. A lição maior veio do fracasso da República.
12. "O ECCO POPULAR", n.º 179, de 10 de Agosto de 1848.
13. "O ECCO POPULAR", n.º 1, de 1 de Outubro de 1849.
14. "O ECCO POPULAR", n.º 344, de 21 de Julho de 1849.
15. Não existe em "O ECCO POPULAR" a exaltação de linguagem que se vê em "A Republica", folha clandestina, lançada em 25 de Abril de 1848, o primeiro jornal republicano. Pela crítica interna que temos realizado a este periódico, não nos dissuadimos de pensar que foi lançado no Porto. Constata-se, pelo menos, a nítida proximidade que "A Republica" mantém com "O ECCO POPULAR", de que é exemplo uma rubrica de correspondência inserta na última página do n.º 2, de 1 de Maio de 1848.
16. "O ECCO POPULAR", n.º 1, de 2 de Janeiro de 1860.
17. "O ECCO POPULAR", n.º 1, de 2 de Janeiro de 1860.
18. "O ECCO POPULAR", n.º 143, de 7 de Julho de 1860.
19. "O ECCO POPULAR", n.º 68, de 23 de Março de 1860.
20. "O ECCO POPULAR", n.º 6, de 9 de Janeiro de 1860.

21. "O ECCO POPULAR", n.º 60, de 14 de Março de 1860. Ficou célebre a questão do negócio de construção de vias férreas que envolveu o financeiro espanhol, D. José Salamanca.
22. "O ECCO POPULAR", n.º 143, de 7 de Julho de 1860.
23. "O ECCO POPULAR", n.º 98, de 11 de Maio de 1860.
24. "O ECCO POPULAR", n.º 98, de 11 de Maio de 1860. O texto do artigo vem a propósito de uma assembleia que "alguns cidadãos patriotas e republicos" promoveram em Lisboa, na freguesia da Pena.
25. "O ECCO POPULAR", n.º 1, de 2 de Janeiro de 1860.
26. Lê-se em "O ECCO POPULAR" de 1 de Março de 1860: "Sentimos que ainda nenhum representante da nação apresentasse uma proposta relativa aos cursos d'Academia Polytechnica do Porto".
27. "O ECCO POPULAR", n.º 124, de 13 de Junho de 1860.
28. "O ECCO POPULAR", n.º 76, de 15 de Abril de 1860.
29. "O ECCO POPULAR", n.º 81, de 21 de Abril de 1860.
30. "O ECCO POPULAR", n.º 81, de 21 de Abril de 1860.
31. "O ECCO POPULAR", n.º 94, de 6 de Maio de 1860.
32. "O ECCO POPULAR", n.º 88, de 29 de Abril de 1860. Concretamente, escreve sobre "A União Ibérica e o Governo", colocando a questão mui claramente, afirmando que a sua discussão não cabe ao Governo nem à Oposição, mas ao País, lembrando "a coragem para a evangelizarem na imprensa e na tribuna". E uma das formas de garantir a Independência Nacional seria constituir uma Federação Republicana de Estados Independentes.
33. FREITAS, José Joaquim Rodrigues de - *Trabalhos Parlamentares*, Porto, Typ. do Commercio do Porto, 1871, p.10-11. Trata-se do discursos que fez na sessão parlamentar de 9 de Dezembro de 1870.
34. FREITAS, José Joaquim Rodrigues de - *Trabalhos Parlamentares*, Porto, Typ. do Commercio do Porto, 1871, p. 27. Refere-se à sessão de 19 de Maio de 1871.
35. FREITAS, José Joaquim Rodrigues de - *Trabalhos Parlamentares*, Porto, Typ. do Commercio do Porto, 1871, p. 37. Refere-se à sessão de 31 de Maio de 1871.
36. BRAGA, Theophilo - *Historia das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880, p. 111.
37. É, por exemplo, elucidativo que Antero de Quental tenha preparado, na altura, uma palestra, sobre a República.
38. SERRÃO, Joel - *Temas Oitocentistas*, 2, Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 1978, p. 259.

FICHA HEMEROGRÁFICA

“ O ECCO POPULAR ”

ANO XIV

<b>Título:</b> O Ecco Popular	<b>Tiragem:</b> 1.300 Exemplares
<b>Ano:</b> 1860	<b>Periodicidade:</b> Diário
<b>Natureza:</b> Jornal político	<b>Formato:</b> 34,2 x 48,5
<b>Tendência:</b> Partido Histórico	<b>N.º Páginas:</b> 4
<b>Redactor Principal:</b> Alexandre Meyrelles de Távora	<b>N.º Colunas:</b> 4
<b>Editor e Administrador:</b> José Joaquim de Barros	<b>Preço:</b> 40 réis
<b>Tipografia:</b> Popular	
<b>Morada:</b> Rua do Bonjardim, Porto	
<b>Corpo Redactorial:</b> Alexandre Távora	<b>Secções:</b> Artigo de fundo
Pinto Basto	Notícias do país
Paio Telles	Notícias do exterior
Eduardo Tavares	Boletim noticioso
José Lourenço de Sousa	Revista política de Portugal
Rodríguez de Freitas	Boletim comercial, Publicações
	Anúncios
	Notícias locais

NOTAS

1. Os dados abrangem o período entre 15 de Abril e 7 de Julho, última fase do jornal.
2. Não se publicava à segunda-feira ou após dia santificado.
3. Os redactores apontados são os mais importantes e conhecidos. Nem todos davam colaboração assídua. São vários os que escondem a sua identidade assinando os artigos com uma inicial maiúscula ou mais; é natural que alguns sejam velhos colaboradores, como Marcelino de Matos e Pedro Lopes de Mendonça.

